

Stanley Fischer, do FMI, diz que juros devem continuar em baixa no Brasil

Citibank anuncia que aumentará em US\$ 200 milhões linhas de crédito ao país

Givaldo Barbosa

José Meirelles Passos, Sergio Fadul e Sheila D' Amorim

• WASHINGTON e BRASÍLIA. Um dia depois de aprovar o novo programa econômico brasileiro, abrindo caminho para a liberação de US\$ 9,8 bilhões ao país, o vice-diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Stanley Fischer, disse que há boas razões para esperar que os juros continuem baixando no Brasil. Ele acrescentou que as taxas referentes aos últimos seis meses surpreenderam os próprios inspetores do Fundo:

— Nossa principal preocupação com a desvalorização do real era, obviamente, a volta da indexação e da inflação. Mas os números referentes à inflação que estão surgindo são menores do que esperávamos — disse Fischer.

A diretoria do FMI elogiou publicamente, ontem, as providências tomadas pelo Governo e o cumprimento das metas fiscais. Paralelamente, o Citibank revelou, em Nova York, que aumentará em US\$ 200 milhões as linhas de crédito comercial e interbancário ao país, que chegarão a US\$ 1,3 bilhão.

— Esse aumento reflete nossa confiança no Brasil e no programa econômico do governo. Os juros caíram, o FMI aprovou o programa e o Brasil parece estar dando a volta por cima — justificou o vice-presidente do Citibank, William Rhodes.

Acordo com o FMI prevê flexibilidade da dívida pública

A vice-diretora do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Teresa Ter-Minassian, que comandou a equipe de economistas do Fundo que negociou o programa com o Brasil, disse que o acordo é mais flexível do que se imaginava. Segundo ela, o acordo permite que o Governo aumente a dívida pública este ano, embora um dos objetivos do plano seja justamente a redução desse débito a médio prazo.

— A dívida pública externa do Brasil não é particularmente de curto prazo. A questão tem mais a ver com um equilíbrio entre a externa e a interna. O programa prevê alguma margem para o aumento da dívida pública externa, mas não muito — disse ela.

Os recursos da segunda parcela do empréstimo do FMI serão repassados ao Brasil na semana que vem. Do total de US\$ 9,89 bilhões, metade estará na conta do Banco Central junto ao Federal Reserve (FED), em Nova York, no próximo dia 6. Os outros US\$ 4,923 bilhões, referentes ao empréstimo coordenado pelo BIS em nome de 19 países desenvolvidos, estará disponível no dia 9.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que a aprovação do acordo foi um sinal de apoio do Fundo ao programa de ajuste fiscal.

— O dinheiro estará disponível nos próximos dias. A manifestação da diretoria do Fundo ao aprovar a revisão do acordo com o Brasil expressa confiança de que podemos resolver nossos próprios problemas. Foi um dia



O MINISTRO DA FAZENDA, Pedro Malan, que está confiante: "O dinheiro do FMI estará disponível nos próximos dias"

Editoria de Arte



importante — disse Malan.

O BC está estudando a criação de um calendário para lançamentos de títulos no exterior. A exemplo do que faz a Argentina, que estabelece previamente uma programação de venda de papéis no mercado internacional, o Brasil também deverá divulgar a sua nova estratégia de atuação.

Segundo o diretor de Assuntos Internacionais do BC, Daniel Gleizer, o país tinha no passado uma abordagem oportunista e esperava o momento ideal em que os preços estavam baratos para, com isso, estabelecer uma curva de juros favorável.

A partir de agora, entretanto, o BC vai estabelecer esse parâmetro, que servirá de base para as colocações de empresas brasileiras no mercado externo. O calendário, definido previamente, deixará clara a estrutura das captações e os mercados.

— Isso é o que a Argentina faz. Acho que podemos atuar nessa área também, começar a traba-

lhar de uma forma pré-anunciada, dizer para onde estamos indo. Não dá para ter um calendário num curtíssimo prazo. Você não faz um calendário de emissões com data marcada. Você apresenta uma estratégia e isso vamos apresentar. Estamos trabalhando nisso — afirmou Gleizer.

Diretor do BC quer mais transparência

Segundo ele, essa estratégia é importante para dar referência aos investidores. O diretor do BC destaca que, ao comprar determinado títulos, os investidores estrangeiros querem ter certeza que, poucos meses depois, não serão lançados novos papéis com características parecidas. Isso, segundo Gleizer, acaba desvalorizando o título.

O diretor do BC disse ainda que a colocação de novos papéis da República ainda está dependendo de uma avaliação da estrutura do lançamento e da moeda em que serão emitidos os títulos.

Essas decisões não podem ser tomadas de forma isolada. O Governo não quer correr o risco de errar na dose e, por isso, está sendo cauteloso para decidir o volume desse novo lançamento.

— Fazer uma operação de US\$ 5 bilhões bem sucedida tem um impacto positivo. Mas há o risco de não ser bem sucedida. Se você pretende colocar US\$ 2 bilhões, por alguma razão, chega a conclusão que pode ser US\$ 3 bilhões, para atrair esse comprador adicional do papel, tem que oferecer um retorno melhor.

Para o diretor do BC, o Brasil tem uma situação diferente da Argentina onde o setor privado praticamente não vai ao mercado externo captar recursos e o ingresso de capital estrangeiro fica por conta do setor público. Ele destaca ainda que a necessidade de financiamento externo no Brasil é suavizada porque as empresas brasileiras também conseguem irrigar o mercado interno com dólares que trazem de fora. ■